

UNIVERSIDADE DO PORTO
FACULDADE DE PSICOLOGIA E DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO

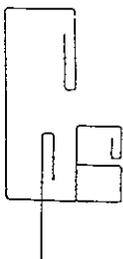
Nº 8

(Junho de 1988)

Teresa FREIRE & Félix NETO

OBEDIÊNCIA

Abordagem da Psicologia Social Experimental



CENTRO DE PSICOLOGIA SOCIAL

RUA DAS TAIPAS, 76
4000 PORTO — PORTUGAL

Direcção: *Prof. FÉLIX FERNANDO MONTEIRO NETO*

CENTRO DE PSICOLOGIA SOCIAL

Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação

Universidade do Porto

Nº 8

(Junho de 1988)

Teresa FREIRE & Félix NETO

OBEDIÊNCIA

Abordagem da Psicologia Social Experimental

RESUMO

A obediência tem sido um tema primordial de investigação no âmbito da Psicologia Social. Neste trabalho desenvolve-se concretamente o estudo experimental realizado por Milgram sobre a obediência à autoridade.

Apresenta-se a metodologia utilizada na experiência bem como os resultados obtidos e as respectivas explicações e conclusões. O impacto que todos estes aspectos tiveram no campo da investigação científica e no conhecimento do comportamento humano, rapidamente fizeram desta experiência um verdadeiro paradigma experimental a que se deu o nome de "efeito Milgram".

No entanto não deixaram de lhe estar associadas críticas, questionando sobretudo os aspectos éticos relativos à experimentação pelo que, e a este propósito, serão também feitas neste trabalho considerações acerca dos problemas éticos em Psicologia Social, alertando desde já o leitor para a importância do tema abordado nesta monografia.

1. Introdução

Um facto crucial nas relações humanas é a existência de conflito, conflito social entre indivíduos ou grupos e ao mesmo tempo conflito psíquico dentro do indivíduo ou grupo. É a tentativa de resolução do conflito que caracteriza as diferentes formas de Influência Social: a inovação, a normalização e a conformidade.

Quando se fala em conformidade está em causa a adesão do indivíduo às normas aceites pelo grupo, através da modificação dos seus comportamentos ou atitudes, sem que haja uma pressão explícita para o fazer. No entanto existem situações em que, ao contrário, a pressão social é explícita: não há apenas apelo implícito a um acordo ou a uma negociação, mas há ordem, injunção para obedecer, estando então em causa o fenómeno da obediência.

De facto, não é possível compreender todo um amplo leque de comportamentos significativos se não se tiver em conta o papel que a obediência desempenha na constituição da acção humana. Com efeito, todo o acto realizado por ordem de outra pessoa tem, do ponto de vista psicológico, características sumamente diferentes das que pode ter uma acção espontânea.

Foi Milgram o principal promotor dos primeiros estudos de investigação sobre a obediência, mais concretamente a obediência à autoridade. A parte experimental da sua investigação foi levada a cabo nos anos de 1960-63.

Para este autor a essência da obediência consiste no facto de uma pessoa se considerar a si mesma como um instrumento que executa os desejos de outra pessoa, não se considerando assim responsável pelos seus próprios actos.

Se nas experiências de Asch para estudar a conformidade estava em causa o efeito de uma maioria (grupo) quantitativa, nas experiências de Milgram a "maioria" é qualitativa. Aqui os colaboradores mais ou menos numerosos das experiências de Asch são substituídos por uma única pessoa: um experimentador que é a fonte explícita de influência. O objecto de influência já não incide sobre juízos visuais, opiniões ou atitudes, mas sobre comportamentos motores, chegando Milgram a distinguir o "conformismo em actos" do "conformismo em palavras". As consequências imediatas deste último são puramente informativas enquanto o conformismo em actos produz um efeito directo ou uma modificação do meio que ultrapassa o dar informação, inserindo-se aqui a obediência.

Os estudos de Milgram tratam unicamente da obediência assumida voluntariamente sem qualquer tipo de intimidação. A força que no laboratório vai exercer a autoridade baseia-se em poderes que o sujeito lhe atribui de alguma maneira, e não numa ameaça objectiva ou no facto de haver meios físicos para o controlar. Neste sentido Milgram pretendia saber como se conduz uma pessoa quando uma autoridade legítima lhe diz para actuar contra um terceiro de forma nociva.

As experiências de Milgram que iremos descrever ao longo desta monografia tiveram um grande impacto não só pela metodologia experimental utilizada mas também pelos resultados obtidos. Verificou que pessoas vulgares pelo facto de realizarem tarefas que lhes são ordenadas, e sem hostilidade alguma da sua parte, podem converter-se em agentes de um processo terrivelmente destrutivo. Milgram salienta que os valores não são as únicas forças que actuam numa situação concreta, podendo mesmo ser deixados de lado com relativa facilidade, através de uma reestruturação calculada do campo social e informativo. Através das suas conclusões construiu uma verdadeira "teoria da obediência" permitindo-lhe explicar a evolução de certos acontecimentos sociais bem como simples situações do dia-a-dia. Aponta o extermínio dos judeus europeus por parte dos nazis como um exemplo extremo de acções imorais, levadas a cabo por milhões de pessoas em nome da obediência. Em relação à sociedade moderna refere que a divisão do trabalho que aí existe leva a uma fragmentação do acto humano na sua totalidade, ou seja, a pessoa que assume uma responsabilidade total pela sua acção dilui-se. Não abarca a situação na sua totalidade, mas apenas uma pequena parcela da mesma, sendo então incapaz de actuar numa direcção totalizante. Assim, cede a autoridade e ao actuar desta forma fica alienada das suas acções. Refere que o problema da obediência não é totalmente psicológico. A forma e a estrutura da sociedade e a maneira como se desenvolve são de extrema importância.

No entanto as experiências de Milgram bem como as explicações dadas para os resultados obtidos foram alvo de muitas críticas por parte de outros autores. Em causa estavam não só aspectos metodológicos, mas também aspectos relacionados com questões éticas, inevitavelmente presentes quando se põe em prática um estudo experimental desta envergadura.

2. O efeito Milgram

Para estudar de uma forma simples o fenómeno da "obediência" Milgram criou uma situação em que uma pessoa ordena a outra a realização de uma acção experimental, achando importante anotar quando tem lugar a obediência a um mandato e quando deixa de o ter. A fim de medir a solidez da obediência era necessária a intervenção de um factor que actuasse em favor da desobediência.

De todos os princípios morais, Milgram baseou a sua experiência naquele que considera um princípio universalmente aceite: não se inflige sofrimento algum a uma pessoa indefesa que não é nociva nem nos ameaça. Este princípio constituiria a força contrária a colocar em oposição à obediência. Neste sentido Milgram pensou ordenar a uma pessoa que viesse ao laboratório, para actuar contra outro indivíduo de uma forma crescentemente severa, aumentando paralelamente as pressões que levam essa pessoa a desobedecer.

Ao chegar a um ponto concreto, desconhecido a priori, o sujeito pode negar-se a executar a experiência, abandonando-a simplesmente. A conduta anterior a essa ruptura é designada como obediência e o ponto de ruptura é o acto de desobediência.

O modo concreto que Milgram escolheu para actuar contra a vítima neste estudo, foi a administração de uma descarga eléctrica. As razões desta escolha foram em primeiro lugar, porque era fácil para o sujeito compreender a necessidade das descargas serem graduadas na sua intensidade; em segundo lugar porque o uso de descargas enquadrava-se bem dentro do ambiente científico do laboratório; e finalmente porque era relativamente fácil a simulação da administração de descargas dentro do laboratório.

2.1/ Metodologia

a) Os sujeitos que participaram na experiência

Milgram escolheu para sujeitos da sua experiência indivíduos da população de New Haven, evitando o recurso a estudantes universitários pois podiam conhecer a experiência e além disso representam um grupo com características muito homogéneas.

Para recrutar os sujeitos colocou um anúncio nos jornais locais. O anúncio dirigia-se a pessoas de todas as classes para participarem num estudo de memória e aprendizagem. Era-lhes oferecido um pagamento de 4 dólares, e 50 cêntimos para gastos de viagem, por uma hora de trabalho. A este anúncio responderam 296 pessoas. Não sendo no entanto um número suficiente para a realização da experiência, recorreu-se ainda a cartas dirigidas directamente a possíveis interessados e a nomes da lista telefónica de New Haven escrevendo depois cartas convite.

Uns dias antes da realização da experiência no laboratório havia um dia para entrevistar os participantes.

Milgram preocupou-se em recrutar sujeitos de todas as idades (entre os 20 e 50 anos) e profissões pois pretendia realizar diversas condições experimentais (variações da experiência-base) em que as características dos sujeitos eram importantes. Os sujeitos eram todos do sexo masculino (à excepção de uma única variante).

Em cada condição experimental as percentagens das diversas profissões eram as seguintes:

Operários especializados e não especializados	- 40%
Funcionários públicos, comissionistas, homens de negócio	- 40%
Profissões liberais	- 20%

Os sujeitos distribuam-se pelas várias ocupações em 3 categorias de idade: sujeitos de 20, 30 e 40 anos, numa proporção de 20, 40 e 40% respectivamente.

b) Local da experiência e pessoal

A experiência decorreu no elegante "Interaction Laboratory" da Universidade de YALE, pormenor este importante para compreender a legitimidade da experiência. Algumas variações experimentais foram depois realizadas fora da faculdade.

O papel de experimentador foi desempenhado por um professor de biologia de um instituto, de 31 anos de idade. A sua aparência ao longo da experiência era rígida e vestia uma bata cinzenta de técnico.

Para desempenhar o papel de vítima preparou-se um contabilista de 47 anos, de ascendência irlandesa-americana que a maior parte dos observadores achou delicado e amável.

c) Procedimento

Em cada condição experimental actuavam um sujeito, (não conhecedor da experiência - sujeito "ingénuo"), uma vítima ("comparsa" do experimentador) dando-se ao primeiro o nome de "professor" e ao segundo o nome de "aluno", e ainda um experimentador. Este último explicava aos sujeitos que iam participar na experiência, que se tratava de uma investigação sobre o tema da aprendizagem e memória e mais concretamente sobre os efeitos do castigo na aprendizagem.

O experimentador orientava os sujeitos através das seguintes instruções:

" Os psicólogos desenvolveram diversas teorias para explicar como é que as pessoas aprendem vários tipos de material.

Neste livro são tratadas algumas das teorias mais conhecidas (mostrava-se ao sujeito um livro sobre o processo de ensino e aprendizagem). Aqui aborda-se uma teoria segundo a qual as pessoas aprendem as coisas correctamente sempre que se castiga aquando de algum erro cometido. Deparamo-nos com uma aplicação comum desta teoria quando os pais batem num filho por fazer algo errado. Supõe-se que estes "golpes", deverão ensinar a criança a recordar melhor as coisas e ensiná-la-ão a aprender as coisas com maior exactidão.

Ora sabemos muito pouco sobre o efeito do castigo na aprendizagem. Por exemplo, não sabemos em que proporção o castigo é mais eficaz para a aprendizagem, assim como se há diferenças, tendo em conta a pessoa que administra o castigo (se um adulto aprende melhor com uma pessoa mais jovem ou mais velha do que ele próprio), além de outros aspectos.

Esta é a razão porque reunimos neste estudo um número de adultos de diferentes ocupações e idades e pedimos a uns que desempenhem o papel de "professores" e a outros o de "aluno". Desejamos averiguar qual o efeito que diferentes pessoas têm umas sobre as outras actuando como professores e alunos, e que efeito vai ter o castigo na aprendizagem, nesta situação concreta.

Para isso vou pedir a um de vocês que desempenhe o papel de professor e a outro que faça o de aluno. Algum de vocês tem preferência? Bem, imagino que a melhor maneira de fazer isto é escrever a palavra professor numa tira de papel e a de aluno numa outra, e dizer-vos para tirar uma do saco. Vamos ver qual de vocês é o Professor? (o sujeito tira primeiro, e depois o outro participante).

Muito bem. O que temos que fazer primeiro é colocar o aluno de maneira a ter algum tipo de castigo.

Venham comigo, por favor, à sala."

Este método foi preparado de maneira a que o sujeito fosse sempre o professor e o outro participante o aluno - ambas as tiras de papel tinham a palavra "professor". Imediatamente depois do sorteio, levava-se o aluno e o professor para quartos contíguos, sendo o aluno amarrado com correias a uma "cadeira eléctrica".

O experimentador explicava que as correias tinham como finalidade impedir os movimentos bruscos produzidos pelas descargas eléctricas. No pulso do aluno fixava-se um eléctrodo e punha-se uma pomada a fim de evitar bolhas e queimaduras. Ao sujeito dizia-se que o eléctrodo estava ligado a um gerador de descargas colocado no quarto ao lado, onde ia permanecer.

O elemento principal da experiência era o sujeito "professor". Depois de ver o aluno atado com correias, era levado para o quarto ao lado e sentando-se face a um grande gerador de descargas.

A lição que era levada a cabo pelo sujeito consistia numa tarefa de aprendizagem de pares de palavras. O sujeito lia uma lista de pares de palavras ao aluno, lendo depois a primeira palavra do dito par juntamente com quatro expressões.

Exemplo: caixa azul
dia harmonioso

pato selvagem

e depois lia:

azul: céu, tinta, caixa, lâmpada

O aluno tinha que indicar qual das quatro expressões estava originalmente emparelhada com a primeira palavra. Comunicava então a resposta, apertando um dos quatro comutadores que tinha à sua frente, o qual iluminava um dos quatro quadrados numerados de uma caixa de respostas colocada no alto do gerador de descargas.

O tabuleiro instrumental constava de 30 comutadores, com alavanca, colocados horizontalmente. Cada um tinha um rótulo com indicação da voltagem que ia de 15, (nível 1), a 450 volts, (nível 30), havendo aumentos de 15 volts de um para outro comutador. Além disso os comutadores estavam agrupados por categorias com as seguintes indicações verbais: "choque ligeiro", "choque moderado", "choque forte", "choque muito forte", "choque intenso", "choque de extrema intensidade", "perigo: choque intensíssimo". Depois desta última indicação os comutadores apareciam marcados simplesmente com xxx.

Antes de iniciar a actuação, mostrava-se a cada sujeito uma descarga do gerador (sempre de 45 volts) dada no pulso da vítima que dava uma sacudidela, reforçando deste modo a crença do sujeito na autenticidade do gerador.

O experimentador dava instruções ao sujeito para que administrasse um choque ao aluno sempre que este desse uma resposta falsa, devendo aumentar progressivamente a intensidade do choque, e que antes de administrar a descarga devia anunciar o nível da voltagem. Pretendia-se assim recordar continuamente aos sujeitos a intensidade crescente das descargas administradas ao aluno.

Ao longo da experiência sempre que o sujeito questionasse se devia prosseguir com a administração das descargas, o experimentador dava uma série de respostas para o manter na experiência (feed-back do Experimentador):

Resposta 1: Por favor, prossiga; ou, por favor, vá para diante.

Resposta 2: A experiência exige que você prossiga.

Resposta 3: É absolutamente essencial que você continue.

Resposta 4: Não há alternativa: você tem que prosseguir.

Estas respostas eram dadas de forma progressiva e apenas quando a resposta 1 não tinha êxito se podia dar a resposta 2, terminando a experiência quando o sujeito se negasse a obedecer depois da resposta 4. O tom de voz do experimentador era firme em todas as circunstâncias mas nunca descortês.

Quando o sujeito perguntava se o aluno corria perigo, o experimentador dizia: "mesmo quando as descargas forem dolorosas não provocam danos permanentes dos tecidos, siga pois". Quando o sujeito argumentava que o aluno não desejava continuar, o experimentador replicava: "Quer o aluno queira ou não, siga você até que ele tenha aprendido de maneira correcta todas as palavras - pares. Assim, siga se faz favor".

Nas diversas condições experimentais o aluno emitia, por sua vez, uma série de respostas pré-determinadas, numa quantidade de três respostas falsas para uma resposta correcta, aproximadamente (feed-back da vítima). Estas respostas da vítima constituíram um elemento chave na realização da experiência sendo elaboradas cuidadosamente.

Cada resposta vocal da vítima estava coordenada com um nível particular de voltagem do gerador de descargas. Em geral a vítima não mostrava nenhuma sensação de mal-estar até à administração de uma descarga de 75 volts: neste momento apresentava uma pequena queixa. Entre os 90 e 105 volts tinha uma reacção semelhante; aos 120 volts queixava-se que os choques estavam a ser dolorosos; com 135 volts ouviam-se gemidos dolorosos; com 150 volts a vítima gritava: "Experimentador, tire-me daqui! Não quero ficar nem mais um instante na experiência! Nego-me a continuar!" Gritos deste género prosseguiam com uma intensidade crescente. Aos 270 volts a resposta era um grito muito doloroso; aos 300 volts a vítima gritava desesperadamente que não ia dar mais respostas. Nesta altura era normal os sujeitos dizerem alguma coisa ao experimentador que os instruíá fazendo-os ver que tinham que considerar a ausência de resposta como uma resposta falsa e que tinham que administrar os choques conforme o programa estabelecido. Finalmente aos 330 volts, a vítima já não se ouvia nem voltavam a aparecer as suas respostas na caixa dos sinais.

No final da sessão experimental administrava-se um tratamento pós-experimental a todos o sujeitos da experiência cujo conteúdo variava de condição a condição. Era comunicado aos sujeitos que a vítima não tinha recebido descargas eléctricas perigosas de nenhum género,

os sujeitos que se tinham negado a continuar eram apoiados na sua decisão de desobedecer ao experimentador, e aos sujeitos obedientes assegurava-se-lhes que o seu comportamento era totalmente normal e que outros participantes tinham tido sentimentos de conflito ou tensão como os seus. Podiam ainda ser esclarecidas eventuais questões acerca da experiência. Todos os sujeitos recebiam ainda um questionário com o qual era possível obter informação sobre os pensamentos e sentimentos acerca do seu comportamento ao longo da sua participação na experiência.

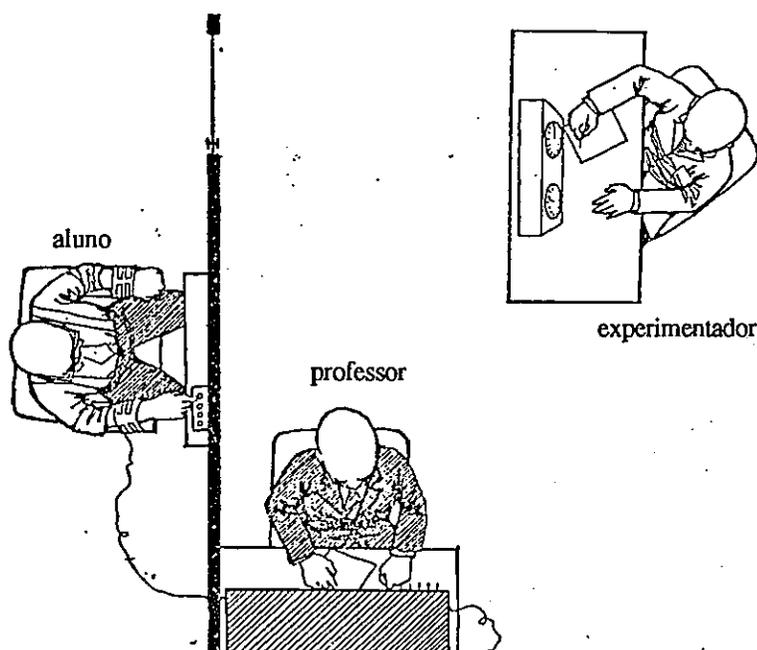


Figura nº 3: Disposição espacial dos vários elementos da experiência no laboratório

2.2/ Descrição e resultados do programa de pesquisas

2.2.1/ Proximidade física da vítima

A primeira série de experiências incidiu na distância da vítima relativamente aos sujeitos, sendo apresentadas de seguida, de forma sucinta:

Experiência 1: Feed-back à Distância

Nesta situação a vítima encontrava-se num quarto ao lado, não podendo ser vista ou ouvida pelo sujeito. As suas respostas apareciam luminosamente na caixa de sinais. No entanto, aos 300 volts, a vítima batia na parede em sinal de protesto e aos 315, os golpes na parede deixavam de ser ouvidos.

Dos 40 sujeitos, 26 obedeceram às ordens do experimentador até ao final no entanto, os sujeitos não deixavam de mostrar um certo estado de agitação, chegando a protestar verbalmente ou levantando-se da cadeira indicando que queriam abandonar o laboratório.

A obediência revelada pelos sujeitos podia ser explicada pelo facto do sujeito não perceber de forma clara os protestos de mal-estar e o sofrimento da vítima.

Experiência 2: Feed-back de voz

Trata-se uma situação idêntica à primeira com a única excepção de que eram introduzidos protestos vocais. A vítima era colocada num quarto contíguo mas as suas queixas podiam ser claramente ouvidas.

Os resultados foram que dos 40 sujeitos, 25 administraram a descarga máxima, obedecendo ao experimentador até ao final.

Experiência 3: Proximidade

Nesta situação a vítima era colocada no mesmo quarto do sujeito, apenas com uma distância de alguns passos. Desta forma a vítima podia ser vista e ouvida.

Os resultados mostraram uma diminuição da obediência, havendo apenas 16 sujeitos em 40, a administrarem a descarga máxima.

Experiência 4: Proximidade de tacto

A vítima, tal como na experiência anterior, está no mesmo quarto do sujeito, havendo apenas a seguinte diferença: a vítima recebia uma descarga unicamente quando a sua mão pousava na placa de descarga. Aos 150 volts a vítima pedia para a libertarem, negando-se a colocar a sua mão sobre a placa. O experimentador ordenava ao sujeito para obrigar a vítima a colocar a mão na placa. Assim, a obediência nesta condição exigia do sujeito um contacto físico com a vítima a fim de lhe dar um castigo.

Nesta experiência houve um decréscimo mais acentuado da obediência, havendo apenas 12 sujeitos que obedeceram ao experimentador até ao final.

Estas experiências indicam pois que a obediência diminui à medida que a vítima se aproxima do sujeito, enunciando Milgram vários factores para explicar este acontecimento, ao longo das quatro experiências.

Nas condições de distância, o sofrimento da vítima tem uma qualidade abstracta, remota, para o sujeito. Este está consciente, mas apenas num sentido conceptual, de como as suas acções provocam danos noutra pessoa. A visualização da vítima associada com o seu sofrimento poderá provocar respostas empáticas no sujeito, levando-o a uma captação mais plena da experiência da vítima. A diminuição da obediência teria pois, a sua explicação no enriquecimento de respostas empáticas, nas sucessivas condições experimentais.

A condição de distância também possibilita ao sujeito excluir a vítima do seu próprio pensamento-Milgram fala em negação e estreitamento do campo cognitivo- o que não acontece quando a vítima está visível. Assim nas primeiras condições, tanto a presença como as reacções da vítima dão-se a conhecer apenas quando as descargas são administradas, sendo o feed-back auditivo esporádico e descontínuo. Pelo contrário, nas condições de proximidade a sua inclusão no campo imediato visual fazem dele um elemento contínuo para o sujeito.

Nas condições de distância é mais difícil ao sujeito ver a relação entre as suas acções e as consequências das mesmas, em relação à vítima. Há uma separação física do acto e dos seus efeitos. Embora o pressionar o comutador numa sala e os protestos da vítima noutra sala estejam relacionados, falta-lhes uma unidade que faça sentir essa relação. Esta unidade de acção é realizada de forma mais plena nas condições de proximidade, sendo total na proximidade de tacto.

A condição de distância, ao colocar a vítima noutra habitação, pode também levar a uma formação incipiente de grupo entre o experimentador e o sujeito, grupo este que exclui a vítima: a vítima é um estranho que está física e psicologicamente só. Quando a vítima se aproxima do sujeito, é mais fácil estabelecer uma certa aliança com ela face ao experimentador. O sujeito não se enfrenta sózinho com o experimentador, mas tem um aliado junto de si, desejoso de colaborar numa rebelião contra o experimentador. O facto de mudar a estrutura das relações espaciais conduz a um possível deslocamento de aliança ao longo das várias condições experimentais.

Um outro factor tem a haver com o facto de que é mais fácil causar danos a uma pessoa quando esta não vê as nossas acções contra ela, falando Milgram em campos recíprocos: nas condições de proximidade o sujeito está numa posição excelente para observar a vítima mas as suas acções estão também no campo de visão da vítima. Assim nas condições de proximidade, quando o sujeito sente que está no campo de consciência da vítima, torna-se mais embaraçado e inibido para castigá-la.

Finalmente Milgram refere a importância dos comportamentos adquiridos ao longo da vida. Segundo o autor, o ser humano aprende por um processo de inibição passiva que não se causa danos a outra pessoa, simplesmente, não o fazendo na sua vida diária. Tal tipo de aprendizagem só ocorre num contexto de relações próximas com os outros. Aqui as acções

agressivas têm como consequência um castigo que extingue a resposta original, o que geralmente não acontece quando a agressão é feita à distância. Assim o facto de estarmos próximos ou afastados, pode ter um efeito poderoso nos processos psicológicos que condicionam o comportamento para com os outros. Neste sentido a presença concreta, visual e próxima da vítima actuava neutralizando o poder do experimentador e provocando a desobediência dos sujeitos.

Relativamente aos resultados obtidos Milgram constatou que grande parte dos sujeitos obedecia ao experimentador até ao final, sem que este tivesse poderes especiais para dar força às suas ordens e em que o acto de desobedecer não tinha consequências nefastas para o sujeito, sendo os níveis de descarga administrados muito altos. Este primeiro aspecto surpreendente levou Milgram a concluir que na situação concreta, os sujeitos abandonavam o princípio universal de que constitui uma transgressão da conduta moral causar danos a outra pessoa contra a sua vontade.

Um segundo aspecto, foram as reacções de grande tensão emocional existente nos sujeitos que prosseguiram a experiência. Em relação a este aspecto, na entrevista pós-experimental quando se pediu aos sujeitos para indicarem numa escala de 14 pontos os sentimentos de nervosismo, ou tensão que tiveram ao chegar ao seu ponto máximo de tensão (a escala variava de "nada de tensão e nervosismo" até "tensão e nervosismos extremos"), a maioria dos sujeitos situou-se nos últimos pontos da escala. Esta tensão aponta para um conflito que existe devido à presença de respostas incompatíveis: por um lado há uma disposição profunda de não causar danos a outra pessoa, por outro há uma tendência igualmente forte de obedecer a uma autoridade, encontrando-se assim o sujeito num dilema.

Quando uma pessoa se encontra em estado de tensão tenta realizar algumas acções que lhe permitam acabar com esse estado, podendo assim a tensão servir de força, para sair da situação. No entanto, ao longo da experiência mesmo quando a tensão é extrema apenas alguns sujeitos são capazes de dar uma resposta que lhes traga algum alívio. Milgram diz que tem que haver uma força que ao competir com a resposta desobediente impeça a activação da mesma, força esta que é superior à tensão experimentada, caso contrário os sujeitos terminavam a sua actuação. A existência de tensão constitui uma indicação do poder das forças, que mantém o sujeito na situação e também uma prova da realidade da situação para o sujeito.

2.2.2. As fontes do poder da autoridade

Uma vez concluída a primeira série de experiências, Milgram procedeu ainda à realização de situações experimentais em que foi variando aspectos da experiência base, tentando deste modo conhecer todos os aspectos que poderiam estar directa ou indirectamente relacionados com a obediência à autoridade.

Começou por mudar a realização da experiência do elegante laboratório da Universidade para outros apartamentos mais modestos no mesmo edifício, pretendendo desta forma verificar se o facto de realizar a experiência num lugar menos grandioso conduziria a baixar o nível de obediência. Estabeleceu uma nova condição de base em que o aluno não respondia apenas com gritos mas também aludia aos problemas do seu coração que eram conhecidos antes de se iniciar a tarefa de aprendizagem. Esta nova série de protestos que serviu de base para todas estas experiências seguintes, era paralela à primeira série com a excepção de que chegando aos 150, 195, e 330 volts, fazia-se alusão à situação do coração do aluno. Os resultados mostraram que nem o facto do laboratório ser menos elegante nem a alusão ao estado do coração conduzem a uma maior desobediência. Dos 40 sujeitos desta condição, 26 prosseguiram até ao final, o que é uma variação mínima, se a comparamos com os 25 dos 40 sujeitos que o fizeram na condição de feed-back de voz. Milgram concluiu que provavelmente, nada do que a vítima pode dizer vai provocar uma desobediência de forma uniforme pois as acções do professor não são controladas por esse aspecto.

Para verificar se a resposta dos sujeitos estava relacionada com as personalidades do experimentador e da vítima, realizou uma outra experiência em que estabeleceu uma nova equipa. Na primeira equipa o experimentador era uma pessoa seca, um homem com aspecto técnico, e a vítima era suave, com aspecto inofensivo, sendo estas características invertidas na segunda equipa. Dos 40 sujeitos 20 obedeceram ao experimentador até ao final, administrando a descarga máxima. Estes resultados indicam que a mudança de pessoal teve um efeito mínimo no nível de obediência, não tendo as características pessoais do experimentador e da vítima não têm uma importância decisiva.

Milgram pretendeu ainda verificar se a relação do experimentador com o sujeito se revelava importante. Assim estudou uma situação em que uma vez dadas as instruções, o experimentador abandonava o laboratório e dava as suas ordens pelo telefone. A obediência desceu rapidamente depois do experimentador deixar fisicamente o laboratório: o número de sujeitos obedientes desceu de 26 para 9, mostrando que era mais fácil para os sujeitos oporem-se ao experimentador quando não tinham de o enfrentar face a face. Verificou-se ainda que na ausência do experimentador, ao continuar a experiência, os sujeitos administravam choques inferiores aos exigidos embora ao telefone dissessem que estavam a intensificar o nível de descarga de acordo com as instruções. Milgram salienta o interesse particular deste comportamento: embora actuando de uma forma que fugia claramente aos fins que o experimentador propunha, era mais fácil para os sujeitos manipularem desta forma o conflito do que ter que proceder a uma ruptura aberta com a autoridade.

Realizaram-se outras condições em que o experimentador estava ausente na primeira parte da experiência mas voltava a aparecer pouco depois. Ainda que levado ao extremo o seu poder de experimentador por meio do telefone, o nível de obediência aumentava pelo simples facto de aparecer de novo no laboratório. Estes resultados mostram que a presença física de uma autoridade constitui uma força importante que contribui para a obediência do sujeito.

A variável sexo foi também estudada, realizando-se uma experiência com mulheres. Milgram salientou o interesse teórico deste estudo na psicologia social por dois motivos: por um lado, as mulheres revelam-se como cedendo mais do que os homens, sendo de esperar numa experiência deste tipo um maior nível de obediência; por outro lado, julga-se que as mulheres são menos agressivas e mais empáticas do que os homens, sendo então de esperar uma maior resistência em dar choques relativamente aos homens. Estes dois factores deveriam actuar em direcções opostas. Foram estudadas 40 mulheres e os resultados mostraram que o nível de obediência era idêntico ao dos homens embora o nível de conflito experimentado pelas mulheres fosse maior do que o experimentado pelos homens. Embora tivesse estudado as mulheres apenas no papel de professor Milgram alertou para o interesse de estudá-las no desempenho dos outros papéis. Por exemplo, como vítimas seria muito provável que provocassem uma maior desobediência, uma vez que as normas sociais se opõem mais fortemente a danos inflingidos a uma mulher do que a um homem.

Milgram constatou que os sujeitos usavam muitas vezes, para explicar a sua própria desobediência, a ideia do contrato social implícito: tinham feito um contrato com o experimentador, privando-se assim de parte da sua liberdade, para contribuir para o avanço da ciência. Além disso, diziam que também a vítima entrava neste contrato com a autoridade e não se encontrava livre de renunciar às suas obrigações. Seria então importante alterar a forma da vítima participar na experiência, de modo a não consentir sofrer choques contra a sua vontade. Numa nova experiência o aluno afirmava que devido ao estado do seu coração só podia fazer parte da experiência sob a condição de poder interrompê-la a pedido seu, assinando um documento de exoneração (que em todas as experiências os sujeitos assinavam de forma rotineira), definindo assim previamente os limites da sua cooperação. Ao chegar aos 150 volts o aluno protestava e o experimentador não fazendo caso, assinalava ao sujeito para continuar. Desta maneira introduzia-se um elemento de abuso de confiança e de clara injustiça. O problema que empiricamente se põe é de se esta situação implica alguma diferença. Aproximadamente 1/4 dos sujeitos desobedientes evocaram especificamente as condições de participação da vítima, baseando nisto a sua desobediência. No entanto, os resultados gerais mostram que o contrato é um determinante fraco do comportamento: dos 40 sujeitos, 16 seguiram obedecendo ao experimentador até ao fim, sem ter em conta a limitação contratual da vítima.

Milgram achou também importante estudar o problema da relação da obediência com o significado que se atribui ao contexto experimental pois no laboratório de uma grande universidade, os sujeitos podem aderir a determinados preceitos a que se oporiam se fossem dados noutra local. Para investigar este aspecto repetiram-se as condições experimentais numa cidade industrial dos arredores, Bridgeport, sendo o recrutamento de pessoas feito tal como em New Haven. Utilizou-se um apartamento de 3 quartos, num edifício comercial um tanto abandonado, situado na parte comercial da cidade. Quando os sujeitos se queriam informar sobre a filiação profissional dos responsáveis da experiência, era-lhes dito unicamente que faziam parte de uma firma privada que fazia investigação para a indústria. Os resultados mostraram que os sujeitos de Bridgeport eram em grande medida totalmente submissos às indicações do experimentador: 48% dos sujeitos de Bridgeport administravam a descarga máxima, face a 65% dentro da mesma experiência em Yale. Milgram concluiu que não é preciso ser uma instituição especialmente famosa ou distinta para se obter determinados resultados. As

experiências de Bridgeport eram levadas a cabo por uma firma desconhecida a que faltava todo o tipo de credenciais e as instalações onde eram realizadas não davam qualquer prova de competência. Talvez a categoria da instituição mais do que a sua posição qualitativa dentro dessa categoria, leve os sujeitos a aderirem à experiência. Assim os sujeitos podem considerar um laboratório tão competente como outro, desde que se trate de um laboratório científico.

Finalmente numa outra experiência pretendeu-se comparar a actuação dos sujeitos quando estão sob ordens de outrém e quando lhes é permitido que escolham eles próprios os níveis de descarga. A média das descargas produzidas foi de 3.6, sendo conveniente recordar que a vítima não mostrava qualquer tipo de mal-estar até ao nível 5. No total, 28 sujeitos não foram além da primeira indicação de mal-estar (nível 5), e 38 não ultrapassaram o nível de descarga 10 em 40 sujeitos. Unicamente dois sujeitos constituíram uma excepção administrando níveis de descarga 25 e 30. Assim o resultado geral foi que a maioria dos sujeitos administrou descargas muito baixas à vítima quando puderam escolher o nível das mesmas. Para Milgram, qualquer que seja a causa que leva à administração de uma descarga no seu mais alto nível, a verdade é que tal facto não pode ser explicado por uma agressão elaborada de forma autónoma, mas deverá ser explicada pela transformação que ocorre no comportamento devido à submissão às ordens vinda de outra pessoa.

Ao longo destas variações experimentais efectuadas, a estrutura básica da experiência manteve-se constante. No entanto para se estudar as raízes do comportamento social, era necessário proceder a uma análise das componentes essenciais da situação experimental de modo a criar uma nova combinação dentro de uma situação alterada.

Milgram definiu 3 elementos dentro da estrutura experimental: posição, estado e acção. A posição indica se uma pessoa prescreve, administra ou recebe a descarga. O estado refere-se ao facto de se uma pessoa é apresentada como autoridade ou como uma pessoa vulgar. Finalmente a acção refere-se à conduta da pessoa em cada uma das três posições, e mais especificamente, se a pessoa está a favor ou contra a administração de descargas à vítima --ver quadro nº 1, pág 10.

Nas experiências anteriormente realizadas as relações entre estes elementos permaneceram invariáveis. Por exemplo, a acção estava sempre ligada a um estado particular: a pessoa que recebia a descarga era sempre uma pessoa vulgar (contrapondo-se a uma autoridade) e a sua acção consistia invariavelmente num protesto face ao choque.

No entanto, para Milgram, manter invariáveis as relações entre posição, acção e estado não iria permitir dar resposta a determinados problemas fundamentais; por exemplo se o sujeito responde principalmente ao conteúdo da ordem de administrar uma descarga, ou ao estado da pessoa que emite essa ordem.

Milgram realizou então como nova série de experiências em que estavam em causa estas mudanças de papel. A primeira mudança de papel consistiu em inverter os imperativos do experimentador e da vítima: era o aluno que iria pedir que se lhe administrasse as descargas e o experimentador iria proibir que tais descargas fossem administradas, quando o aluno emitisse reacções de mal estar e aludisse aos seus problemas de coração. Desta maneira o sujeito enfrentava-se com um aluno que queria receber descargas e um experimentador que o proibia. Os resultados revelam que nenhum sujeito aderiu aos pedidos do sujeito, detendo a administração de descargas por ordem do experimentador. Este aspecto demonstra quão dominada está pela autoridade, a situação na sua totalidade, concluindo Milgram que a decisão de proporcionar descargas ao aluno não depende dos seus desejos, nem dos impulsos benignos ou hostis do sujeito, mas antes do grau de inserção do sujeito no sistema de autoridade.

Um aspecto importante nestas experiências diz respeito à base do poder do experimentador, poder esse que induz o sujeito a produzir uma descarga na vítima. Milgram colocou a questão de se esse poder se deve ao conteúdo da ordem "per si" ou se tem a sua origem na fonte autoritária de que imana. O papel do experimentador define-se através de uma componente de estado, além de um imperativo concreto para administrar uma descarga à vítima. Numa outra experiência Milgram eliminou a componente de estado, mas manteve o imperativo. Para isso, as ordens foram retiradas do experimentador passando a ser realizadas por uma pessoa vulgar.

Três sujeitos fizeram parte da experiência atribuindo-se ao sujeito "ingénuo" a tarefa de ler os pares de palavras e administrar as descargas do aluno, e aos outros respectivamente, o papel da vítima e a tarefa de registar os tempos. O experimentador ausentava-se do laboratório depois de uma chamada de telefone oportuna. Com o experimentador ausente, o cúmplice anunciava ao sujeito que deveria aumentar progressivamente o nível de descarga sempre que o aluno emitisse um erro, insistindo sempre neste procedimento. O sujeito via-se assim

confrontado com uma situação definida por uma autoridade experimental, mas com ordens acerca dos níveis específicos de descargas, vindas de uma pessoa normal, sem autoridade e insistente. Os resultados mostraram um rápido decréscimo na obediência: de vinte sujeitos, 16 romperam com o homem vulgar, apesar da sua insistência para prosseguir a experiência e dos seus argumentos persuasivos. Apenas 1/3 dos sujeitos obedeceram à suas ordens.

Posição	Pessoa que ordena as descargas	Pessoa no tabuleiro de controle	Pessoa que recebe a descarga
Estado	Autoridade	Pessoa corrente	Pessoa corrente
Ação	Em favor da administração da descarga	Indeterminada	Contra a administração da descarga
Nome específico	Experimentador	Professor	Aluno
Referente conceptual	Autoridade	Sujeito	Vítima

Quadro nº 1 : Mudanças de Papel

No seguimento desta experiência realizou-se uma outra em que o participante propunha tomar o lugar do sujeito e administrar pessoalmente as descargas quando o sujeito se negava a seguir as suas instruções. Desta maneira o sujeito ficava livre de administrar as descargas ao aluno, mas tornava-se testemunha da acção de uma pessoa que administrava descargas eléctricas progressivamente maiores. Dos dezasseis sujeitos que participaram, praticamente todos protestaram contra as acções do cúmplice, havendo cinco que chegaram a empreender uma acção física contra ele ou contra o gerador de descargas, a fim de interromper a administração dos choques. Esta atitude contrastou vivamente com a passividade que os sujeitos deram mostras noutras experiências quando sob a direcção de uma autoridade.

Nestas experiências estava em causa o estado da pessoa que ordena a administração de descargas. No entanto Milgram teve também em consideração o estado da pessoa que recebe as descargas, esgotando deste modo o estudo das mudanças mais importantes de posição e estado. Pretendia estudar o efeito de tratar uma autoridade como vítima, isto é, inserir o estado de experimentador na posição de vítima. Em relação a este aspecto estudou uma primeira situação em que um homem vulgar administra descargas. O procedimento decorreu como habitualmente até ao ponto em que o experimentador começava a descrever o castigo que receberia o aluno. Nesta altura o aluno revelou não querer seguir a experiência por medo, a não ser que pudesse ver tal procedimento executado noutra pessoa. O experimentador aceitou servir de aluno sob a condição de que imediatamente depois essa pessoa fizesse de aluno. A experiência prosseguiu com o sujeito a administrar descargas ao experimentador e o cúmplice sentado na mesa do experimentador. Quando o experimentador protestou, pedindo para sair o cúmplice insistiu energicamente para prosseguir tal como fora acordado, encontrando-se assim o sujeito face a um experimentador que pedia para sair, enquanto um homem vulgar insistia para que administrasse as descargas.

Os resultados mostraram que ao primeiro protesto do experimentador, todos os sujeitos interromperam a experiência indo alguns imediatamente ajudar o experimentador, mostrando grande simpatia por ele e parecendo, pelo contrário, totalmente estranhos ao outro participante.

Os sujeitos explicavam a sua atitude baseando-se em razões humanas, sem reconhecer o aspecto da autoridade na situação.

Através dos resultados obtidos nestas experiências relativas a situações em que um homem vulgar e não uma autoridade, dá instruções a outro indivíduo relativamente à administração de descargas, Milgram confirmou um facto essencial: o factor decisivo é a resposta à autoridade, mais do que a resposta a uma ordem particular de administrar descargas. As ordens que têm a sua origem fora da autoridade, perdem toda a sua força. O que conta não é o que os sujeitos fazem mas sim para quem o fazem.

Milgram não deixou ainda de estudar a situação em que estavam presentes duas autoridades sob a forma de dois experimentadores, fisicamente semelhantes, ambos vestidos com traje técnico, alternando as instruções. O participante conivente com a experiência, tal como nas outras experiências, executava o papel de vítima. Ambos os experimentadores, sentados na sua mesa de controle, actuavam de mútuo acordo até ao ponto de administrar o nível de 150 volts (quando a vítima emite o primeiro protesto), em que um dava a ordem normal para prosseguir enquanto o outro indicava precisamente o contrário. O sujeito via-se assim confrontado com ordens mutuamente incompatíveis ambas procedentes de uma figura de autoridade.

Dos vinte sujeitos que realizaram a experiência, 18 interromperam-na no momento em que ambas as autoridades mostraram desacordo. Vê-se claramente que o mal entendido entre as autoridades paralizou totalmente a acção. Milgram explica estes resultados dizendo que a acção se realiza do limite mais alto duma hierarquia social para o mais baixo; quer dizer que o sujeito responde a sinais de um nível superior do seu, mostrando-se indiferente aos que lhe são inferiores. Neste caso, uma vez que o sinal estava "contaminado", a coerência do sistema hierárquico ficou destruída, bem como a sua eficácia na regulação do comportamento.

Aqui Milgram tentou igualar a autoridade dos dois experimentadores sendo o estado de cada um bem como a posição o mais idênticos possível. No entanto tal situação levantou o seguinte problema: o que está em causa nos resultados obtidos é a designação de autoridade em si ou a igualdade de posições? Foi esta questão que esteve subjacente à realização de uma outra experiência. Nesta, depois de uma simulação em que se referia a ausência de sujeito para realizar o papel de vítima, um dos experimentadores sugeriu que um deles realizasse o papel desse participante iniciando-se a experiência com ele. Ao atingir-se os 150 volts o experimentador-vítima grita e pede para sair da experiência; o outro experimentador diz ao sujeito (ingénuo) para prosseguir. É neste ponto que reside a diferença relativamente à experiência anterior: as duas autoridades que dão ordens contraditórias não estão em posições simétricas dentro da estrutura da situação.

Os resultados mostraram, com excepção de um caso, que os sujeitos ou interrompem totalmente a experiência ou não têm em conta o que é dito pela vítima. Tais resultados mostram que o experimentador ficou desprovido do seu poder como autoridade ao actuar como vítima.

Tendo em conta estas três últimas experiências Milgram salienta 3 tipos de resultados:

1. Quando a pessoa que dava a ordem era uma pessoa normal, ninguém executou as suas ordens depois do primeiro protesto do experimentador
2. Quando os experimentadores de igual status davam ordens incompatíveis entre si, os sujeitos não administravam descargas.
3. Quando se ordena ao sujeito para administrar choques ao outro experimentador, os protestos deste último têm um efeito superior ao de uma pessoa normal.

Milgram baseou a explicação destes resultados na ideia de que a acção do sujeito é dirigida pela pessoa com estado superior, procurando prosseguir numa linha de acção coerente com esta situação. Esta linha é evidente quando existe uma hierarquia clara, livre de contradições e elementos incompatíveis. Quando na experiência em que o experimentador faz o papel de vítima o sujeito interrompe a sua actuação face ao primeiro protesto, está a seguir o princípio de que a acção é controlada pelo indivíduo que possui um estado superior. Assim os esforços do outro participante para produzir choques ao experimentador fracassaram pois faltava-lhe o estado necessário para ser levado com seriedade.

Na experiência em que os dois experimentadores davam ordens contraditórias, a acção do sujeito paralizava já que não havia uma autoridade superior claramente definida, nem meios para determinar que linha de acção prosseguir. Para uma autoridade ser eficaz tem que se ver livre de todo o tipo de contradições. Neste sentido, Milgram conclui que o experimentador que actua como vítima na última experiência perde autoridade pois aqui existe uma hierarquia claramente definida, livre de contradição e elementos incompatíveis. Nesta situação, segundo Milgram, um experimentador assumiu voluntariamente o papel de vítima, diminuindo assim o

seu estado dominante face ao outro experimentador; a autoridade não é uma mera designação de poder mas define-se pela posse de um lugar de acção particular, dentro de uma situação socialmente definida; é próprio da natureza do controle hierárquico que a resposta esteja ligada de modo "total" (ou tudo ou nada) à pessoa de estado superior, não havendo nunca um compromisso.

Para Milgram os sistemas de autoridade devem basear-se em pessoas que se estruturam hierarquicamente. Daí que o problema crítico na determinação do controle seja "quem está acima de quem!".

2.2.3. Efeitos do Grupo

Milgram dedicou também uma parte do seu estudo à análise dos efeitos do grupo na obediência, definindo a este propósito, as diferenças entre a conformidade e a obediência. Caracteriza a conformidade pela acção de um indivíduo que se mostra de acordo com os seus iguais que são pessoas que não têm nenhum interesse especial em dirigir a sua acção. A obediência, por seu lado, restringe-se à acção do sujeito que se submete à autoridade.

As experiências realizadas por Asch mostram que uma grande percentagem de sujeitos prefere estar de acordo com a opinião do grupo do que aceitar a evidência inconfundível da sua percepção. Para Milgram os sujeitos de Asch conformam-se ao grupo enquanto que nas suas experiências, os sujeitos obedecem ao experimentador.

Para Milgram tanto a obediência como a conformidade referem-se ao abdicar das iniciativas próprias face a uma fonte externa, mas diferem nos seguintes aspectos importantes:

1. Hierarquia: A obediência à autoridade tem lugar dentro de uma estrutura hierárquica, em que a pessoa sente que "quem está por cima" tem o direito de prescrever um comportamento concreto. A conformidade regula o comportamento dos que têm um mesmo status; a obediência liga um status a outro.

2. Imitação: A conformidade é imitação mas a obediência não. A conformidade conduz a uma homogeneidade de comportamentos sempre que a pessoa influenciada adopta o comportamento dos seus iguais. Na obediência o indivíduo submete-se à fonte influenciadora, sem que exista imitação.

3. Clareza: Na obediência a prescrição de uma acção é explícita, prescrição essa que adquire a forma de uma ordem. Na conformidade a exigência para colaborar com o grupo é muitas vezes implícita; a acção é adoptada de forma espontânea pelo sujeito.

4. Voluntariado: A distinção mais clara entre obediência e conformidade ocorre na maneira como os sujeitos explicam o seu comportamento. Os sujeitos negam a conformidade e aceitam melhor a obediência, como explicação das suas acções.

Nas experiências de Asch os sujeitos atribuem uma escassa importância ao efeito do grupo afirmando que a sua autonomia não foi influenciada pelo grupo. Na experiência de obediência a reacção é totalmente oposta. Aqui o sujeito explica a sua acção de dar choques aos sujeitos negando toda a responsabilidade pessoal. Atribui todo o seu comportamento exclusivamente a uma exigência externa imposta pela autoridade.

Milgram explica que sendo a conformidade uma resposta a pressões implícitas, o sujeito interpreta o seu próprio comportamento como voluntário. Não pode apontar nenhuma razão que legitime a sua submissão ao grupo pelo que nega ter actuado dessa maneira, não só perante o experimentador como perante ele próprio. Na obediência sucede o contrário: a situação está claramente definida como isenta de voluntariado já que se dá uma ordem explícita em relação à qual se espera a obediência. O sujeito explica a sua acção a partir daí.

Milgram pretendeu analisar em que grau a influência do grupo pode libertar o sujeito do controle da autoridade, permitindo-lhe assim actuar de forma congruente com os seus valores e normas pessoais. Realizou uma experiência cuja estratégia consistiu em repetir a experiência básica mas com a diferença de que o sujeito fica colocado no meio de dois iguais que desafiam o experimentador e se negam a castigar a vítima contra a sua vontade. Para a realização desta experiência utilizaram-se quatro sujeitos para participar numa experiência "sobre os efeitos do ensino e do castigo colectivos na memória e aprendizagem" sendo três coniventes com o experimentador.

De acordo com o método já utilizado anteriormente três dos sujeitos desempenharam o papel de professor um dos quais era o sujeito ingénuo. O professor 1 lia a lista de palavras, o professor 2 dizia ao sujeito se a sua resposta era correcta ou não e o professor 3 (ingénuo) administrava o castigo. Tal como na experiência base instruíram-se os sujeitos para aumentarem o nível de descarga sempre que o aluno errasse.

O professor 1 abandonava o gerador ao primeiro protesto da vítima (150 volts), apesar da insistência do experimentador para continuar a experiência, ficando o professor 3 encarregue de ler os pares de palavras, além da sua função de administrar o castigo. O professor 2 negava-se também a continuar, abandonando o gerador aos 210 volts. O sujeito ingénuo ficava assim sózinho frente ao gerador de descargas ordenando-lhe o experimentador para prosseguir. Os resultados mostram que dos 40 sujeitos, 36 desafiaram o experimentador (quando na ausência da pressão do grupo só 14 o fizeram). Do conjunto de variações experimentais levadas a cabo no laboratório foi nesta experiência que se obteve o efeito mais eficaz em minar a autoridade do experimentador. Em relação à reacção dos sujeitos ingénuos para com os seus iguais, houve grande variação dependendo em parte do ponto exacto em que esses desafiavam o experimentador. A maior parte dos sujeitos que desafiavam a autoridade, diziam ter aderido aos seus iguais. No entanto também uma grande maioria dos sujeitos desobedientes negou que a decisão dos seus iguais fosse o factor crítico da sua própria desobediência.

Milgram enunciou uma série de factores que diz contribuir para a efectividade do grupo. Assim diz que os iguais imprimem no sujeito a ideia de desobedecer ao experimentador. Ideia que possivelmente não teria ocorrido a determinados sujeitos. O sujeito não conhecedor da experiência não tinha a possibilidade de saber se, ao enfrentar o experimentador estava a ter um comportamento fora do normal ou se isso era a acção habitual no laboratório. Os dois exemplos de desobediência, de que é testemunha, sugerem-lhe que enfrentar o experimentador é uma reacção natural à situação. Neste sentido, a reacção dos iguais desobedientes define como impróprio o acto de administrar descargas à vítima. Dão uma confirmação social à suspeita do sujeito de que está mal castigar uma pessoa contra a sua vontade, mesmo no contexto de uma experiência psicológica. Além disso, ficando os iguais desobedientes no laboratório mesmo depois de desistirem, toda a descarga administrada ulteriormente pelo sujeito tem a desaprovação social dos sujeitos desobedientes. Refere ainda que com a participação de dois indivíduos, além do sujeito, dá-se uma dispersão da responsabilidade entre os vários membros do grupo. Quando os dois iguais se retiram, a responsabilidade fica concentrada no sujeito "ingénuo". O sujeito testemunha dois exemplos de desobediência, dando-se conta de que as consequências de enfrentar o experimentador são mínimas. O poder do experimentador vê-se assim diminuído pelo facto de não conseguir manter na experiência os 2 desobedientes, tendo presente a regra geral de que toda a falha de autoridade em exigir a obediência às suas ordens debilita o poder percebido da autoridade.

Milgram quis ainda, por fim, examinar dentro do laboratório se, todo o factor que possa criar uma distância entre o sujeito e a vítima, conduz a uma redução da tensão do participante diminuindo a desobediência. Para tal efectuou uma experiência em que o acto de administrar descargas à vítima era tirado do sujeito ingénuo e colocado nas mãos de outro participante (um dos iguais). O sujeito ingénuo tinha actos que, embora contribuindo para a evolução da experiência no seu conjunto, libertavam-no do acto concreto de ter que administrar um choque. Os resultados mostraram que apenas 3 de 40 sujeitos se negaram a realizar a experiência até ao final.

Neste sentido Milgram conclui que quando há distância em relação aos actos concretos de brutalidade, a maior parte das pessoas sentirá uma tensão mínima. Sentir-se-ão livres de toda a responsabilidade num duplo sentido: em primeiro lugar, a autoridade legítima justifica as suas acções; em segundo lugar, pessoalmente não cometem nenhum acto físico brutal.

3. Análise teórica da obediência

O paradigma experimental de Milgram foi reproduzido noutras universidades americanas. Todavia a obediência não é um fenómeno especificamente americano. Investigações efectuadas noutras sociedades mostram que as personagens investidas de autoridade e que mandam fazer mal são também influentes (Kilham, 1974; Mantell, 1971; Shanab & Yahya, 1977).

A análise teórica que é feita nesta monografia refere-se exclusivamente aos conceitos de Milgram, sendo apresentados os vários factores que apontou para explicar, dum ponto de vista teórico, as causas da obediência à autoridade.

Começou a sua análise constatando que os seres humanos não são seres solitários mas antes funcionam dentro de estruturas hierárquicas. A capacidade de obediência constitui um pré-requisito dessa organização social, salientando que a "organização" tem um valor de sobrevivência para todas as espécies. No entanto Milgram evita falar em instinto de obediência,

falando antes numa interacção entre um potencial de obediência e a influência da sociedade, para produzir o homem obediente.

Para melhor compreender este processo recorreu aos conceitos cibernéticos. A cibernética (ciência da regulação ou do controle) permite explicar as mudanças que se dão num organismo quando se move de uma capacidade de funcionamento autónomo para uma capacidade de funcionamento dentro de uma organização. Com efeito o problema central de toda a teoria científica da obediência resume-se ao seguinte: que mudanças ocorrem quando o indivíduo que actua de maneira autónoma é inserido numa estrutura social em que funciona como um elemento do sistema e não como um ser que se basta si próprio.

Ao entrar num sistema de autoridade o indivíduo não se considera como actuando de acordo com os seus princípios, mas considera-se como um agente que executa os desejos de outra pessoa. É porque concebe a sua acção desta forma que têm lugar profundas alterações tanto no seu comportamento como no seu funcionamento interno. Estas alterações são tão pronunciadas que Milgram diz que o indivíduo entra num estado diferente daquele em que se encontrava antes da sua integração na hierarquia. Chama a esse estado, estado agêntico (the agentic state), para definir a condição em que se encontra a pessoa quando se considera como um agente que executa os desejos de outrem. Empregou esse termo por oposição ao de autonomia que define a condição de uma pessoa que se considera a actuar por sua livre iniciativa.

O estado agêntico constitui a pedra angular de toda a análise de Milgram, definindo a partir daí outras questões importantes: sob que condições a pessoa muda dum estado autónomo para um estado agêntico (condições antecedentes); uma vez a mudança realizada que propriedades psicológicas e de comportamento foram alteradas na pessoa (consequências); o que mantém a pessoa no estado agêntico (factores de manutenção).

Relativamente às condições antecedentes, Milgram definiu uma série de forças que actuam na pessoa, modelam a sua orientação no mundo social, construindo a partir daí as bases da obediência. Assim aponta a família como o primeiro contexto através do qual o sujeito aprende a respeitar a autoridade, constituindo os preceitos dos pais uma fonte de imperativos morais. Mais tarde, a escola e o mundo do trabalho enquanto sistemas institucionais de autoridade, permitem ao indivíduo aprender a funcionar dentro de uma organização como elemento subordinado a um sistema de autoridade. Além disso, ao longo de toda a sua experiência com a autoridade confronta-se com uma estrutura de recompensas em que a submissão à autoridade é geralmente recompensado, enquanto a não submissão é sujeita a um castigo. Assim antes de se converter no sujeito da experiência, já há toda uma série de condições que vão facilitar a sua inserção nessa situação.

Definiu ainda certas condições antecedentes imediatas que proporcionam a mudança para um estado agêntico e que estavam também presentes na situação experimental: percepção de uma autoridade legítima, autoridade que na experiência é atribuída ao experimentador pois é ele que assume a direcção da experiência; entrada no sistema de autoridade que na experiência foi assumida voluntariamente pelo sujeito o que, a nível psicológico, cria um sentido de compromisso e obrigação importantes para a manutenção do seu papel ao longo da experiência; coordenação da ordem com a função de autoridade, nesta experiência o sujeito actua dentro de um contexto de aprendizagem, sendo as ordens do experimentador percebidas como devidamente coordenadas com o seu papel o que aumenta o seu poder como autoridade. Finalmente, a legitimidade da situação em si depende da sua articulação com uma ideologia que a justifique sendo no caso da experiência de Milgram os "progressos científicos". A justificação ideológica é vital quando se pretende conseguir uma obediência voluntária, pois permite que o sujeito veja o seu comportamento como algo que serve um fim desejável.

Em relação ao estado agêntico propriamente dito, Milgram definiu as propriedades que o caracterizam bem como as suas consequências para o sujeito. Nesse estado, o sujeito actua de uma forma que não se adequa à sua personalidade habitual. No exemplo concreto da experiência, o sujeito vai estar preocupado sobretudo com a sua relação com a autoridade, o experimentador, pelo que o castigo que dá ao aluno se reduz a uma parte insignificante da experiência total, podendo mesmo o aluno ser percebido como um obstáculo incómodo para a realização de uma relação satisfatória com o experimentador. Este comportamento ocorre sempre que os indivíduos estão inseridos numa estrutura hierárquica e estão subordinados a uma autoridade. Esta tem uma posição que lhe permite conceder ou infligir privações, daí a atenção que se presta à autoridade.

Milgram refere que qualquer situação social é interpretada segundo uma determinada perspectiva que constitui a "definição da situação", permitindo esta dar coerência aos elementos

da situação. O que acontece é que as pessoas tendem a aceitar definições de acção que são dadas por uma autoridade legítima. Esta submissão ideológica face à autoridade constitui para Milgram a base cognitiva principal da obediência. No entanto diz que a consequência de maior alcance que se dá devido à mudança de estado é a perda de responsabilidade do indivíduo pelas suas acções. Sente-se responsável face à autoridade que o dirige, mas não sente responsabilidade alguma relativamente aos conteúdos das acções que lhe são preescritas pela autoridade, daí que sejam frequentes na experiência expressões como esta: "se dependesse de mim, jamais tinha administrado estas descargas ao aluno".

A imagem de si próprio é também um factor que está em causa no estado agêntico. Se num estado normal as pessoas tendem a preocupar-se com a imagem que dão de si próprios, no estado agêntico este mecanismo de avaliação está ausente. A acção, não tendo a sua origem em motivações internas, não é mais um reflexo da imagem que a pessoa tem de si e por isso não tem consequências na maneira de se conceber, o que facilita a execução de acções a que o sujeito não conseguiria aderir noutras circunstâncias.

Relativamente ao estado agêntico e à sua relação com a obediência Milgram salienta que esse estado não é sinónimo de obediência, isto é, não constitui a obediência em si. É antes um estado de organização mental que possibilita actos específicos de obediência.

Por fim, Milgram definiu os factores que mantêm o estado agêntico. São estes que permitem compreender porque é que durante a experiência, os sujeitos continuam a executar uma acção mesmo quando a condenam verbalmente. Explica este tipo de comportamento pela natureza sequencial da acção, em que o sujeito nunca inicia um novo acto mas apenas o prossegue pelo que muitas das suas acções ficam neutralizadas pelas posteriores, não sabendo então quando deve parar o processo. Um outro aspecto é que o sujeito para interromper a experiência vê-se obrigado a romper com toda uma série implícita de convicções que fazem parte dessa situação social, pondo em causa a definição que o experimentador tem de si. Desta forma teme que ao interromper a experiência seja visto, por exemplo, como "um arrogante". Todos estes factores geram no sujeito uma ansiedade que também o mantém na experiência. No entanto Milgram salienta que a fonte desta ansiedade não é tanto o experimentador em si mas toda a história de socialização do indivíduo em que para se tornar uma pessoa civilizada, teve de interiorizar as regras básicas da vida social. E para Milgram a mais básica de todas constitui o respeito à autoridade.

Milgram abordou ainda o aspecto da tensão vivida pelos sujeitos durante a realização da experiência. Diz que a experiência de tensão mostra não tanto o poder da autoridade mas a sua debilidade concluindo que a transformação no estado agêntico é uma realidade parcial. Se a imersão do indivíduo no sistema da autoridade fosse total, não sentiria nenhuma tensão ao cumprir ordens. Assim todo o sinal de tensão tem de ser considerado como uma prova de fracasso da autoridade em transformar a pessoa num estado puro de agente.

Milgram definiu várias fontes de tensão presentes na experiência que vão desde a repugnância em causar danos a outra pessoa até aos cálculos de possíveis repercussões legais. Toda a actuação do sujeito vai caracterizar-se por uma tentativa de resolução do seu estado de tensão, de forma a poder concretizar o que a autoridade lhe exige. Assim os mecanismos mais frequentes para a resolução da tensão são: a evasão, em que o sujeito tenta evitar as consequências sensitivas das suas acções e por exemplo baixa a cabeça para não ver a vítima; a negação que reduz a tensão por meio de um mecanismo intelectual de recusar a evidência aparente para fazer uma interpretação mais suave dos acontecimentos; os subterfúgios, em que o sujeito tenta ajudar de alguma forma a vítima a responder certo para não ter que lhe dar choques; a conversão física, em que a tensão psicológica se converte em sintomas físicos como o suor, tremuras e outros; a discórdia, em que o sujeito refere verbalmente o seu desacordo pela acção que executa e finalmente a desobediência que é o último meio que põe termo a uma tensão. Até chegar a este ponto o sujeito passa por um processo difícil que só uma minoria de sujeitos é capaz de realizar: começa com uma dúvida interna, depois exterioriza essa dúvida, discorda, ameaça e por fim desobedece. O acto de desobediência exige uma mobilização dos recursos internos e a transformação dos mesmos numa acção.

Para a maioria das pessoas é doloroso quebrar uma promessa realizada. Enquanto o sujeito obediente desvia a responsabilidade de dar choques para o experimentador aquele que desobedece aceita a sua responsabilidade pela destruição da experiência e embora pense que arruinou uma causa científica a que tinha mostrado a sua adesão, não deixa de enunciar valores humanistas. No entanto, Milgram acentua o facto de que mesmo quando o sujeito escolhe a acção moralmente correcta, não deixa de ter um sentimento de que traiçou algo a que tinha prometido o seu apoio.

É neste sentido que o autor conclui que os valores morais e pessoais não são as únicas forças que actuam numa situação concreta, podendo mesmo ser deixados de lado com relativa facilidade através de uma reestruturação calculada do campo social e informativo. É assim que os resultados obtidos por Milgram nas suas experiências revelam que pessoas vulgares pelo facto de realizarem tarefas que lhes são ordenadas, e sem hostilidade alguma da sua parte, podem converter-se em agentes de um processo terrivelmente destrutivo.

4. Epílogo: Questões éticas relativas à investigação em Psicologia Social

O estudo do comportamento humano é um processo que envolve uma relação entre um investigador e um ou vários sujeitos. Qualquer relação tem as suas componentes éticas, mas deve ser uma preocupação constante do investigador o efeito que a sua investigação e os procedimentos usados têm nos sujeitos.

Os Psicólogos Sociais têm-se debruçado sobre os problemas éticos relativos à experimentação, não os podendo deixar de lado já que o próprio campo de investigação tem subjacente um dilema ético constituído por um conflito entre 2 valores: a crença no valor da investigação científica livre e a crença na dignidade humana e no seu direito à privacidade.

Nos anos mais recentes, tem havido uma preocupação crescente com a definição dos aspectos éticos dum procedimento específico antes de uma experiência ser conduzida. Em 1973 o "American Psychological Association" (APA) publicou uma série de princípios que definem a conduta na investigação científica que envolve sujeitos humanos. Foram definidos dez princípios que abordam aspectos directamente relacionados com as obrigações éticas do experimentador para com os participantes da investigação bem como os direitos desses participantes. Esses princípios são os seguintes:

1. Ao planear um estudo, o investigador tem a responsabilidade de fazer uma avaliação cuidadosa da sua aceitabilidade ética. Quando o peso científico e os valores humanos sugerem um compromisso de qualquer princípio, o investigador mantém a obrigação de estar atento aos princípios éticos, protegendo os direitos dos participantes humanos.
2. A preocupação primordial do investigador é considerar se o participante de um estudo planeado será um "sujeito em risco" ou um "sujeito com o mínimo de risco", de acordo com os padrões estabelecidos.
3. O investigador tem sempre a responsabilidade de garantir a prática ética na investigação. O investigador também é responsável pelo tratamento ético dos participantes da investigação pelos colaboradores, assistentes, estudantes e empregados que, por sua vez, têm também obrigações similares.
4. Excepto numa investigação de risco mínimo, o investigador estabelece um acordo claro e justo com os participantes, antes da sua participação, que clarifica as obrigações e responsabilidades de cada um. O investigador tem a obrigação de cumprir todas as promessas e compromissos incluídos no acordo. O investigador informa os participantes de todos os aspectos da investigação que podem vir a influenciar a vontade de participar e explica todos os outros aspectos da investigação que os participantes questionem. Na impossibilidade de fazer toda a divulgação antes de obter o consentimento, deve-se criar medidas adicionais para proteger o bem estar e dignidade dos participantes. A investigação com crianças ou com participantes com limitações que afectam a compreensão e/ou comunicação requiere procedimentos de protecção especiais.
5. Certos requisitos metodológicos dum estudo podem necessitar fazer uso do disfarce ou engano. Antes de conduzir tal estudo, o investigador tem uma responsabilidade especial em (1) determinar se o uso de tais técnicas se justifica pelo valor aplicado científico, educacional futuro, (2) determinar se há procedimentos alternativos que não usem o disfarce ou engano, e (3) assegurar-se de que os participantes são providos com as explicações suficientes o mais cedo possível.

6. O investigador respeita a liberdade do indivíduo em recusar participar na investigação em qualquer altura. A obrigação de proteger esta liberdade requer uma rigorosa reflexão e consideração quando o investigador tem uma posição de autoridade ou de influência em relação ao participante. Tais posições de autoridade incluem, mas não estão limitadas por, situações em que a participação na investigação é requerida como parte de emprego ou em que o participante é um estudante, cliente ou empregado do investigador.

7. O investigador protege o participante do desconforto físico e mental, danos e perigos provenientes dos procedimentos usados. Se há riscos destas consequências, o investigador informa o participante do facto. Os procedimentos de investigação que causam danos sérios ou duradouros no participante, não são usados a menos que a impossibilidade de os usar exponha o participante a riscos ou danos maiores ou a menos que a investigação tenha grandes benefícios potenciais e seja obtida muita informação e consentimento voluntário de cada participante. O participante deveria ser informado dos procedimentos para contactar o investigador num período de tempo razoável depois da participação em caso de stress, danos potenciais, questões ou problemas que possam surgir.

8. Depois dos dados recolhidos, o investigador providencia o participante com informação acerca da natureza do estudo e tenta remover qualquer ideia errada que possa ter havido. Quando os valores científicos ou humanos justificam atrasar ou não dar esta informação, o investigador tem uma responsabilidade especial de dirigir a investigação e assegurar-se de que não haverá consequências perigosas para o participante.

9. Quando os procedimentos de investigação resultam em consequências indesejáveis para o participante, o investigador tem a responsabilidade de detectar e remover ou corrigir essas consequências, inclusivé os efeitos a longo prazo.

10. A informação obtida acerca do participante durante a investigação é confidencial a não ser que haja um acordo nesse sentido. Quando existe a possibilidade de outros terem acesso a essa informação, esta possibilidade, conjuntamente com os planos de proteger a confidencialidade, são expostos ao participante como parte do procedimento para obter o consentimento.

Qualquer experiência implica toda uma série de decisões éticas e, embora havendo princípios definidos, tendo estes um valor geral, é ao investigador que cabe a responsabilidade última. E se existem experiências em que tais questões são facilmente resolvidas outras há que geram uma maior controvérsia. Entre estas tendem a distinguir-se aquelas em que se faz uso de situações falsas ou de engano em que os procedimentos causam embaraço, culpa, ou outros sentimentos e ainda aquelas que levam os sujeitos a confrontarem-se com aspectos de si próprios que podem não ser agradáveis. Relativamente a estas últimas alguns argumentam que estes procedimentos são terapêuticos e educativos para os sujeitos - os próprios sujeitos argumentam desta forma. No entanto tal poderá não justificar o procedimento porque o experimentador não sabe à partida se é terapêutico para todos os sujeitos, nem o deve fazer sem a permissão explícita dos sujeitos para serem submetidos a uma experiência terapêutica. Relativamente às experiências em que se usa a mentira é impossível, por definição, esperar um consentimento dos sujeitos antes da experiência. Por exemplo, como poderia Milgram ou Asch ter esse consentimento dos sujeitos sem revelar aspectos do procedimento que invalidariam os resultados obtidos? Um experimentador não pode revelar à partida que o propósito da experiência é o estudo da conformidade ou obediência sem influenciar o sujeito no seu comportamento.

A experiência de Milgram, sobretudo o procedimento que utilizou para estudar a obediência, é uma das mais criticadas no domínio da Psicologia Social, pela controvérsia que suscitou relativamente aos problemas éticos. Vários autores apontaram alguns aspectos que dizem comprometer o valor científico e mais concretamente, o valor ético da experiência, mas a que Milgram não deixou de responder.

Assim Diana Baumrind criticou a experiência num artigo saído na revista *American Psychologist* em 1964, dizendo que esta colocava em risco a saúde emocional, a dignidade, a auto-estima, isto é, o bem estar dos participantes e perguntava se tinham sido tomadas algumas medidas para os proteger. Milgram disse ter tomado todas as precauções relativamente ao estado dos participantes através do tratamento pós experimental, em que explicava aos sujeitos que a vítima não tinha apanhado choques, proporcionava um encontro entre a vítima e o sujeito.

para discutirem o acontecido, a vítima mantinha um diálogo extenso com o experimentador, apoiando este quer os sujeitos que tinham obedecido quer os que tinham desobedecido. Quando terminava a série experimental, os sujeitos recebiam uma relação escrita que apresentava detalhes do procedimento experimental e seus resultados. Todos os sujeitos eram também submetidos a um questionário de "follow-up" que lhes permitia expressar de novo os seus pensamentos e sentimentos acerca do seu comportamento. Milgram apresentou os resultados deste questionário como prova de que os participantes julgavam a experiência positiva: 84% dos sujeitos sentiram-se felizes por participarem na experiência, 15% mostraram sentimentos neutros e 13% sentimentos negativos e ainda 74% indicavam que através da sua participação tinham aprendido algo importante acerca de si próprios, e de uma maneira mais geral, acerca das condições da acção humana.

Baumrind referia ainda que não era adequado fazer uma análise da obediência através da situação estudada pois era uma situação irreal em que não havia alternativa racional para a obediência. A este propósito Milgram salienta a proporção, que não pode ser desprezada, de sujeitos que desobedecem mostrando como a desobediência era uma alternativa autêntica. Refere ainda que a percentagem de sujeitos obedientes variava enormemente de condição para condição, havendo situações em que 90% dos sujeitos desobedeceram. Milgram afirma que não é a experiência em si que conta mas é a estrutura particular dos elementos dentro da situação experimental que determina as percentagens de obediência e desobediência, relembrando que são essas condições que são alteradas sistematicamente ao longo do programa de investigação. Além disso diz que a sua concepção de sujeito é a de que ele é um ser adulto activo, capaz de opção e capaz de aceitar ou recusar as ordens de actuação que lhe são dirigidas.

A experiência de Milgram foi também criticada pelo facto de poder alterar a capacidade do sujeito de confiar em autoridades adultas em situações futuras. Milgram diz que é preciso ter em conta que não é uma autoridade qualquer que está em causa mas uma autoridade que indica ao sujeito para actuar de forma severa, e não humana, contra outra pessoa, referindo então que seria positivo se a participação na experiência levasse a um cepticismo relativamente a este tipo de autoridade.

Outra crítica foi apresentada na obra teatral de Danrie Abse "The Dogs of Pavlov" que apareceu em Londres em 1971, e que tinha como tema central a experiência sobre a obediência. A crítica de Abse era especialmente dirigida à característica ilusória da experiência qualificando a sua estrutura de "disparatada" e "fraudolenta", embora admirando a qualidade dramática da experiência. Milgram respondeu que a ilusão pode ter uma função reveladora e exemplificando com o teatro diz que um autor dramático não engana o público só porque apresenta pessoas de idade que quando tiram a sua maquilhagem aparecem como pessoas totalmente jovens ou porque apresenta pessoas como médicos que na realidade não são mais do que actores que nada sabem de medicina. Milgram reconhece que também na sua experiência existe informação defeituosa, faz-se uso da ilusão, mas fazem-se para poder criar um determinado contexto, dizendo que todos estes procedimentos são justificados por uma única razão: são aceites e apoiados por quem se submete a eles - "A justificação moral central para permitir um procedimento como o utilizado, é a de que ele é julgado aceite por quem tomou parte nele. Mais ainda, foi a indicação deste facto ao longo de todas as nossas experiências que constituiu a principal garantia moral em favor de uma continuação das mesmas. Facto este que é crucial para todo o julgamento da experiência dum ponto de vista ético". (Milgram, 1973, p.185).

Relativamente a este aspecto, alguns autores argumentam que uma defesa "ex post facto" não é adequada pois muitos sujeitos que poderiam não concordar em participar à partida, justificam a sua participação "depois do facto" positivamente como uma protecção do ego ou para ajudar o experimentador a justificar a sua própria experiência.

Todos os aspectos relacionados com uma definição de princípios éticos são muito problemáticos, e um dos factores que torna tais julgamentos difíceis é que as decisões éticas não são feitas num vacuum. Os princípios que rodeiam a investigação científica mudam continuamente e algumas vezes profundamente. Procedimentos que eram aceites nos anos 50 foram negados uma década depois. O que hoje é considerado como não ético poderá não o ser uns anos mais tarde. O princípio fundamental para os autores é que não se deve definir ao experimentador o que é e não é uma decisão justificável. É preferível invocar que haja cuidados e preocupações com o bem estar do sujeito e sugerir que não se abandone totalmente a esperança de testar hipóteses interessantes através de formas poderosas, simplesmente porque tais testes não são impecáveis do ponto de vista ético. O experimentador deve exercitar o ter cuidados, a precaução e o seu talento sempre que planeia e dirige uma experiência. Não há soluções em nenhuma era, muito menos para sempre (Aronson, Brewer & Carlsmith, 1985).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

- Aronson, E; Brewer, M & Carlsmith, J.M., Experimentation in social psychology (1985). In G. Lindzey, & E. Aronson.(Ed.) The handbook of social psychology, (vol.I, p.441-486). New York: Random House.

- Baumrind, V. (1964). Some thoughts on ethics of research: after reading Milgram's "the behavioural study of obedience". *American Psychologist*, 19, 421-423.

- Kilham, W., & Mann, L. (1974). Level of destructive obedience as a function of transmitter and executant roler in the Milgram obedience paradigm. *Journal of Personality and Social Psychology*, 29, 696-702.

- Milgram, S. (1980). Obediencia a la autoridad: un punto de vista experimental. Bilbao: Derclee de Brouwer.

- Milgram, S. (1971). Pression de groupe et action contre un individu. In C. Faucheaux, & S. Moscovici (Ed.), Psychologie sociale théorique et expérimentale. (p.301-312). Paris, La Haye: Mouton.

- Mantell, D. (1971). The potencial for violence in Germany. *The Journal of Social Issues*, 27, 101-112.

- Shanas, M., & Yahya, K. (1977). A behavioral study of obedience in children. *Journal of Personality and Social Psychology*, 44, 491-504.

O que está bem plantado não pode ser arrancado,
O que está bem ligado não pode desunir-se.
É graças à virtude que os filhos e netos
celebram escrupulosamente o culto dos antepassados.

Cultivada em si mesm[o]
a sua virtude será autêntica;
cultivada na sua família
enriquecerá;
cultivada na sua aldeia
crescerá
cultivada no Estado
será florescente;
cultivada no mundo
tornar-se-á universal.

Observamos os outros por nós próprios;
as famílias, pela nossa família;
as aldeias, pela nossa aldeia;
os Estados pelo nosso Estado;
todo o mundo, por este mundo;
Como posso saber como vai o mundo?
por tudo o que acaba de ser dito

LAO TSEU

* In Tao To King, LIV tradução de António Melo (1973). Lisboa: Editorial Estampa, p.67

O Centro de Psicologia Social (CEPSIS) dedica-se a trabalhos de investigação, apoio à docência e prestação directa e indirecta de serviços à comunidade. Desenvolve as suas actividades e projectos preferencialmente ao nível das interacções interculturais.

Com as monografias publicadas pelo CEPSIS visa-se predominantemente colocar à disposição das pessoas interessadas pela Psicologia Social uma documentação que lhes facilite o contacto com esta disciplina em aspectos bem precisos. Tal objectivo global será materializado fundamentalmente através da edição

- de sínteses sobre pontos de interesse da Psicologia Social;

- e de investigações efectuadas no Centro com cariz predominantemente intercultural.

MONOGRAFIAS DE PSICOLOGIA SOCIAL

Nº 1 - F. Neto, & E. Mullet: Aspects quantitatifs du vécu des travailleurs portugais en région parisienne (5/1987)

Nº 2 - F. Neto: The migratory project and its determinants among portuguese adolescents (7/1987)

Nº 3 - A. M. Barros, J. H. Barros, & F. Neto: Adaptação da escala Locus de Controlo de Rotter (9/87)

Nº 4 - F. Neto: Guia para a disciplina de Psicologia Social (10/87)

Nº 5 - R. A. Gonçalves: A grelha das atitudes de Porter - referência ao modelo humanista em Psicologia Social (12/87)

Nº 6 - T. Freire, & F. Neto: Modalidades de influência social (3/88)

Nº 7 - R.A.Gonçalves: Abordagem ecológica/ambiental em Psicologia Social (5/88)

Nº 8 - T. Freire & F. Neto: Obediência: Abordagem da Psicologia Social Experimental (7/88)